HABEAS CORPUS Nº 504.591 - MG (2019/0107698-6)

RELATOR	**:**	**MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE	:	ALEXANDRE DAMIAO MACHADO E OUTROS
ADVOGADOS	:	MATEUS HENRIQUE SILVA - MG176065
		PAULO HENRIQUE CUNHA - MG182753
		KENIO EDMOND PENA - MG187091
		CLEITON AFONSO MACHADO - MG189211
		ALEXANDRE DAMIAO MACHADO - MG189130
IMPETRADO	:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE	:	VALDINEI CARDOSO DAS NEVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de VALDINEI CARDOSO DAS NEVES, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.**

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal ante o excesso de prazo para o término da instrução processual.

Requer a revogação/relaxamento da prisão preventiva do paciente em razão do excesso de prazo.

É o breve relatório.

Decido.

Cumpre ressaltar que a propósito, esta Corte, de longa data, já firmou jurisprudência no sentido de considerar o **juízo de razoabilidade** para constatar possível constrangimento ilegal no prazo de constrição ao exercício do direito de liberdade. Nesse sentido, o seguinte precedente **desta Corte**:

> *"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO, TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. VÁRIOS RÉUS, SENDO UM DELES, INCLUSIVE, MENOR. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE NÃO ULTRAPASSADOS. AUSÊNCIA DE*

CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. [...]

2. ***O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que a verificação da ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa não decorre da simples soma dos prazos processuais, devendo ser examinadas as peculiaridades de cada caso, sempre observado o princípio da razoabilidade (art. 5º, LXXVII)***.

3. Na espécie, a complexidade da causa, que abrange vários crimes, os diversos réus envolvidos e a expedição de cartas precatórias mostram que o trâmite processual se encontra compatível com as particularidades do caso concreto, não se tributando aos órgãos estatais indevida letargia.

4. Recurso em habeas corpus improvido" (RHC n. 48.889/MS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 19/8/2014).

Indefiro, pois, o pedido liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo de primeiro grau sobre o andamento da ação penal em desfavor do paciente.

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 15 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator